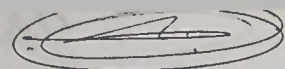


legalização das vontades de ponto a ponto, mas o quadro atual apresenta para a prática da Cooperação dos Municípios e da Auto-Vigilância balizadora que amparamos com a legislação e, obrigações legais inerentes à atividade legalizada, no que se refere ao fato. A seguir, o Senhor Presidente em exercício, Silas Rodrigues Bento registrou o pleito da Presidência pelo pagamento de R\$ 100,00 (cem reais) em nome de Deus E, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à Aprovação da Câmara, aprovada, e assinada para que se produza os efeitos legais.

[Handwritten signature]

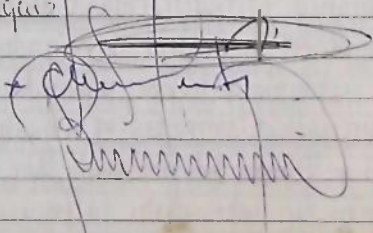
Ata do Primeiro Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (25) vinte e cinco de março do ano de (1999) mil novecentos e noventa e nove.

Às dezoito horas do dia (25) vinte e cinco de março do ano de (1999) mil novecentos e noventa e nove, sob a Presidência em exercício do Vereador Silas Rodrigues Bento e com a ocupação da Primeira Secretaria "ad hoc" pelo Vereador Jairo dos Santos Mendes, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Aires Bezerra de Aguiar, Antônio Carlos de Carvalho Sândade, Braz Benedito Amorim Filho, Eduardo Gomes Kila, Edson Silva Gonçalves, Gustavo Antônio Guimarães Beranger, Maria Gualcidora Gomes Aguiar, Milton Roberto Ferreira de Souza e Waldir Maurício de Aguiar Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E seguir, foi lida



é aprovada a seguinte Ata: Ata do Sono Com. Ordinária do Município de Leopoldina. A seguir, o Senhor Presidente, em exercício após o cumprimento do ato regimental, soluciona ao Senhor Vereador Eusebio "ad hoc" a leitura do Expediente que consta do seguinte: Ofício nº 014/1999/CAF/199, assinado: Encaminha o Colocador do SASEOP referente ao mês de fevereiro de 1999 para apreciação desta Casa Legislativa, C/T/TEL/TELEF/UNL-3417P/10/34/99, assinado: refere-se ao requerimento nº 004/99 de autoria do Vereador Maria Auxiliadora Ramos Rêgo, que solicita a instalação de telefone público na Estrada do Guari, requerimento nº 015/99 de autoria do Vereador Eduardo Pereira Neto, assinado: requer a Câmara a instalação de um Telefone Público Comunitário, no primeiro ponto de ônibus, na Estrada dos Jangueiros - Porto do Para. Terminada a leitura do Expediente, e não havendo ovidores, insere-se para o ato do Sessão, o Senhor Presidente conduz os trabalhos para a Ordem do Dia. Neste ato, foi aprovado o requerimento nº 015/99. Não havendo mais matérias para serem apreciadas, o Senhor Presidente franqueou a tribuna para o Expediente Geral. O Senhor Vereador em Explicação falou sobre a situação dos pontos de ônibus, falando inicialmente sobre a questão do transporte urbano no Município, quando se constatou o "bandalho" por todos os lados, perseguindo a passageiros em pontos de ônibus, reclamações quanto a redução de polo no horário de pico para transporte de escolares, protesto de taxistas, nota funebre (sic) da imprensa acalorada na mídia, ameaça de suspensão dos direitos com tolerância do idoso, e dependente quanto ao transporte gratuito. Disse que o Município se encontra em uma crise sem precedentes no sistema de transporte sendo necessária a urgente intervenção do Poder Público, mas lhe parecia haver medo para a tomada de decisões, medo de se cobrar, e não em sentimento que incomodava ao empresário alheio do negócio, incomodava ao taxista ao estudante, e por consequência prejudicava a família e ao idoso, e, parecia não incomodar apenas as autoridades constituídas do Município. Adiante, disse que segundo alguns fundadores, o motivo de ser estarei no fato de Governador do Estado ter dado ordem para que a Polícia Militar não apunhasse o transporte alternativo. Disse que tal argumento era muito simples, mas, cumpri-

Todo isso também com respeito às atividades realizadas no âmbito do Município, no que se refere ao fato de que, apesar de não em exploração o "enxerto" ainda houve de alguma maneira sobre informações que chegavam ao seu conhecimento, dando conta de que as coisas da rede municipal não estavam recebendo material didático do Banco Nacional do Livro, referindo-se explicitamente à Escola Domingos Passaro, disse que tal situação chegou aos pais a tal ponto que alguns não haviam atendido aos seus filhos e assim, chegou a situação para que tal respeito e exigir providências do Conselho Municipal. Com relação à questão do transporte coletivo no Município disse que a princípio era o sistema de transporte alternativo, mas regras diferentes se criadas, não podendo admitir que pessoas de outros Municípios viessem para lá, não explicando devidamente a obrigatoriedade, com respeito aos estudantes mínimos para o transporte de passageiros. Disse que poderia referir-se também ao sistema de ponto de "vans" cobrando um real por passageiro, ou seja, dando subsídio para a desigualdade, sendo não haver a regulamentação e assim o sistema era precário. Disse que se lembrava por onde o marginalidade imperava o que não era bom na medida em que muitos "pobreiros de vans" não eram marginais, eram indivíduos que precisavam honestamente ganhar ao fim de cada dia, na maioria das vezes, e que era o reflexo do grave crise social que existia no Município. Em seu depoimento afirmou que o momento era de reflexão, para que a questão do transporte fosse vista da rede municipal. Não houve mais nada para a uso do Tribunal em Exploração, sendo a mesma coisa de 1990 em 1991, quando estava o presente. Sendo em nome de Deus e para sempre, mandou que se lamente o presente dia, que depois de tudo o mundo e a situação última, foi digno de ser dada, não amado por que fez que se afundou logo.



anos das Câmaras Municipais, principalmente os momentos que antecediam o dia 21 de março quando o Governo do Estado via dar liberdades de terras aos remanescentes de "Quilombo", data de extrema importância, com a participação do Governo Federal. Disse que na oportunidade, juntamente com o Vereador Jalmir de Sáiz, estaria realizando a liberação de terras a Comunidade da Haja que também era remanescente de "Quilombo". Disse que este município tem lugar em Parati, Distrito de Pampinho, com as presenças do Governador Anthony Garbino e do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, assinando em conjunto a liberação de posse. Disse que a cerimônia representava um grande passo da Nação Brasileira na busca do resgate da cidadania dos afro-brasileiros, que trabalhando duro na terra, haviam construído os pilares da sociedade. Disse o senhor, da participação da Vice Governadora Benedicta de Silva, como representante maior do Estado de Rio de Janeiro, liderança que encabeçava todos os esforços para que tal fato se consumasse, inédito na história do Brasil. Disse que registrara nos anais da Câmara Municipal de Cabo Frio tal acontecimento, da mesma forma como estava sendo feito na Assembleia Legislativa do Estado e Câmaras Municipais, da mesma forma no âmbito federal. Disse que pertamente em este espaço de tempo, o País estaria entregando a mesma liberação a Comunidade da Haja, a qual já se referira como descendente de "Quilombo". Em aparte, o Vereador Jânio dos Santos parabenizou o Orador, louvando também a atitude do Governo Estadual do PSD, e ainda, PT, PSB, no Estado buscando justiça para com o povo que construiu a história do Brasil. Agradecendo, o Orador elevou o senhor, o que considerava uma grande demonstração de transparência do Governo Municipal, quando o Senhor Secretário Municipal de Saúde prestara esclarecimentos a Comissão de Saúde, assumindo a responsabilidade administrativa na gestão dos exames de hipóspias que não estavam sendo entregues. Ainda sobre o assunto, entendeu outras declarações do Secretário Helio Azevedo com relação a situações criadas por órgãos Estaduais, não correspondendo as necessidades de atendimento do Município. Adiante, disse que a Bancada do Governo, acolhera as denúncias de Vereador Jânio dos Santos, com a responsabilidade daqueles que respaldaram o cidadão, e a cer-

4111

Lei nº 107/99 - Resolução nº 002/99, ambos elaborados pelo Conselho
 de Recursos Públicos (Resolução nº 09/99 de autoria do Conselho de Recursos
 do Rio de Janeiro). Sob o nº 156/91 o implante de um sistema de
 monitoramento na área fronteiriça. O Sr. Thiago, então chefe da
 unidade, e o Sr. Vicente conduziram as atividades de acordo
 com o plano de trabalho, o Sr. Vicente conduziu as atividades de acordo
 com o plano de trabalho. Para efeito de controle interno criou a Unidade
 e o Sr. Vicente foi o primeiro chefe, ficando inicialmente em exercício
 em 1997, depois pela aprovação do Sr. Vicente em função de ausência na
 função por um período de andamento do implante do sistema de monitoramento
 do Arquipélago de Cabo Frio. Disse que na oportunidade deixou para a possibilidade
 de se criar uma situação difícil, sobretudo entre os pescadores
 de Cabo Frio e Arquipélago de Cabo Frio, disse que apesar de ser diferente
 a abordagem das duas áreas, ambas as abordagens foram desenvolvidas
 em todas as instâncias, nenhuma previu um conflito de interesses
 impedir a dignificação de um bom relacionamento entre pescadores
 de Cabo Frio e Arquipélago. Disse que no dia 29 de
 março do Arquipélago de Cabo Frio, em função de uma situação que previu
 de Cabo Frio, como pescadores armados de facões, facas e etc. Vieram
 se envolveram em conflito na reserva ecológica do mar de Arquipélago.
 Disse que na o resultado do conflito em que ficaram muitos pescadores,
 principalmente os de Arquipélago e Arquipélago, impedidos de pescarem na
 área do reservatório a que aludia, todo por omissão e irresponsabilidade
 dos que representavam o Governo, sem ter uma atitude histórica de re-
 paração, especialmente o IBAMA e seus representantes. Disse que isso ha-
 veria de ser, talvez em busca de paz, estimularam a realidade en-
 tre as Comunidades, levando a uma situação de tragédia iminente no
 mar Arquipélago que o Arquipélago de Cabo Frio em seu trabalho regularizou
 com de ambas as partes e também a abolição de barreiras, que de
 fato, e até mesmo a expulsão de milhares de pessoas do reservatório
 de Arquipélago, eliminando com ocorreu factual no Arquipélago. Disse que mais
 uma vez fez o respeito, na medida em que foi a todo o respeito não
 por ser o Arquipélago, por deixar todo o Arquipélago de Cabo Frio
 as autoridades, e até mesmo não os Arquipélago de Cabo Frio, e até mesmo